



**Município de Castro Marim**

**Câmara Municipal**

**Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira**

**Serviço de Contratação Pública**

# *Caderno de Encargos*



## **Procedimento de Ajuste Direto n.º 72/2024**

---

Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	Caderno de Encargos	

## Índice

Parte I.....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Prazo .....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Obrigações Principais do Prestador de Serviços.....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Obrigações do Adjudicante.....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Dever de Sigilo e Proteção de Dados.....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Dever de Sigilo e Proteção de Informação .....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Preço Base e Preço Contratual .....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Condições de Pagamento.....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Faturação Eletrónica.....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Penalidades Contratuais.....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Força Maior.....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> – Resolução por parte da Entidade Adjudicante.....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Caução .....	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Patentes, Licenças e Marcas Registadas .....	8
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Seguros .....	8
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Rescisão do Contrato .....	9
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Comunicações e Notificações.....	9
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Legislação Aplicável .....	9
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Foro Competente.....	9
Parte II.....	10
Cláusula 22. <sup>a</sup> – Objetivos.....	10
Cláusula 23. <sup>a</sup> – Descrição das Aplicações Integrantes do Pacote AIRC .....	10

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

## Parte I

### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, na **aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025**, ao abrigo do artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii), do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Contrato

1. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a) O suprimimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão a contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Para cumprimento do estipulado no artigo 290.º-A do CCP, o contrato será acompanhado por Gestor, a designar.
4. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I do Convite;
  - b) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Convite;
  - c) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55 do CCP.
5. Para além dos documentos referidos, o adjudicatário deve também apresentar:
  - a) Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC);
  - b) Certidão permanente ou código de acesso da sociedade;
  - c) Documento comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo), de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, indicação do código de acesso



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

gerado pelo RCBE aquando da validação do registo (cfr. artigo 36.º, n.º 2 da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e artigo 6.º da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto), quando aplicável.

### **Cláusula 3.ª – Prazo**

O contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, terá início na data da sua celebração e término a 31 de dezembro de 2025.

### **Cláusula 4.ª – Obrigações Principais do Prestador de Serviços**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar os serviços conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais
- b) Garantir os padrões de qualidade e quantidade dos serviços contratados;
- c) Garantir o serviço prestado;
- d) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- f) Comunicar ao Município de Castro Marim qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato celebrado e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **Cláusula 5.ª – Obrigações do Adjudicante**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o adjudicante deve

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

pagar ao prestador dos serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao adjudicante.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Dever de Sigilo e Proteção de Dados**

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados – Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril.
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pelo Município e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de risco.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Dever de Sigilo e Proteção de Informação**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

- Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- Para além da duração do contrato, no âmbito do dever de sigilo dever-se-á observar o prescrito na lei para o efeito, designadamente no que se refere à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 8.ª – Preço Base e Preço Contratual**

- O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **€ 31.318,00 (trinta e um mil, trezentos e dezoito euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
- O preço previsto no número anterior da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- O Contraente Público obriga-se a pagar ao prestador dos serviços, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### **Cláusula 9.ª – Condições de Pagamento**

- A quantia devida pelo Município de Castro Marim, nos termos da proposta adjudicada, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, vencendo-se o montante total com a conclusão da execução dos serviços objeto do presente procedimento.
- Em caso de discordância por parte do Município de Castro Marim quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
Ajuste Direto – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	Caderno de Encargos	

### Cláusula 10.<sup>a</sup> – Faturação Eletrónica

1. As faturas devem ser enviadas em formato eletrónico ao abrigo do n.º 3 do art.º 9 do DL 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, salvo no caso de micro, pequenas e médias empresas nos termos do n.º 4, na medida em que o prazo foi alargado até 31 de dezembro de 2024 ao abrigo da alteração introduzida pelo art.º 6 do decreto-lei n.º 54/2023, de 14 de julho.
2. O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pela Entidade Adjudicante é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), sendo que os operadores económicos deverão enviar as suas faturas eletrónicas através de interligação dos seus softwares de faturação com a Rede Saphety ou outra, ou em alternativa, através do acesso ao Portal SaphetyDoc.
3. A Saphety dispõe de uma linha de apoio aos fornecedores da Administração Pública, com vista ao esclarecimento de questões relativas à adesão à faturação eletrónica, através do email: [fornecedores.saphetygov@saphety.com](mailto:fornecedores.saphetygov@saphety.com) ou do telefone +351 210 174 065 (dias úteis 9h-13h e 14h-18h).

### Cláusula 11.<sup>a</sup> – Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do prestador de serviços, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade pelo incumprimento das datas, prazo de prestação dos serviços objeto do contrato e condições de garantia, nos termos do artigo 329.º do CCP e demais legislação aplicável.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

### Cláusula 12.<sup>a</sup> – Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se for caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Caução**

Não é exigível a prestação da caução para garantir o cumprimento das obrigações, dado o preço contratual ser inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros), de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionado no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> – Seguros**

1. O adjudicatário deverá possuir seguro de responsabilidade civil que cubra possíveis danos a terceiros, no decurso de qualquer operação relacionada com a prestação de serviços em causa.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 dias.



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo prestador depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Rescisão do Contrato**

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega da prestação dos serviços por período superior a 30 dias úteis.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Comunicações e Notificações**

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Legislação Aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

## Parte II

### Cláusula 22.<sup>a</sup> – Objetivos

O objetivo do presente procedimento é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025.

### Cláusula 23.<sup>a</sup> – Descrição das Aplicações Integrantes do Pacote AIRC

1. As aplicações integrantes do pacote ERP AIRC, para o ano de 2025, são:
  - a) AIRCSig - Conetor de Localização – SPO;
  - b) Conetor de Urbanismo;
  - c) Conetor IVR;
  - d) eFi - Conetor de Faturação Eletrónica Inbound;
  - e) eFo - Conetor de Faturas Digitais SGA;
  - f) GCP - Gestão da Contratação Pública;
  - g) GES - Gestão de Stocks;
  - h) Licenciamento de Base Dados AIRC;
  - i) MyDoc;
  - j) MyDoc Mobile;
  - k) MyNet;
  - l) OAD - Obras por Administração Direta;
  - m) SAD - Sistema de Avaliação de Desempenho;
  - n) SBA - Sistema de Beneficiários da ADSE;
  - o) SCE - Sistema de Controlo de Empreitadas;
  - p) SEF - Sistema de Execuções Fiscais;
  - q) SGA - Sistema de Gestão de Água;
  - r) SGC - Sistema de Gestão de Contraordenações;
  - s) SGF - Sistema de Gestão de Faturação;
  - t) SGP - Sistema de Gestão de Pessoal;
  - u) SNC - Sistema de Normalização Contabilística;
  - v) SNP - Sistema de Normalização de Património;
  - w) SNT - Sistema de Normalização de Tesouraria;
  - x) SPO - Sistema de Processos de Obras;
  - y) STA - Sistema de Tratamento de Atas;
  - z) TAX - Gestão de Publicidade e Ocupação da Via Pública;



MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM Câmara Municipal		
<b>Ajuste Direto</b> – Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva do pacote de aplicações ERP AIRC para o ano de 2025	<b>Caderno de Encargos</b>	

- aa) TAX - Guias de Receita;
- bb) GAS – Gestão de Ação Social.